

**AUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 11/2023**  
**DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2023**

**FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO**  
**DATA DA EMISSÃO: 28/06/2023**  
**REQUISITANTE: EVENTOS**

O Conselho Regional de Enfermagem do Ceará vem, por meio da presente Autorização de Compra, em substituição ao termo de contrato, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/1993, solicitar à empresa **RMR GRAFICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.202.155/0001-01, com sede situado à RUA VIDAL RAMOS, 682 - BELA VISTA, CEP 89.804-449 - CHAPECÓ/SANTA CATARINA, telefone (49) 3304-5883, e-mail: GABRIEL\_WIEST@UNOCHAPECO.EDU.BR / MAAYKEL\_@HOTMAIL.COM, o fornecimento dos materiais conforme descrito abaixo e autorização contida no PAD nº. 436/2023.

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa na prestação de serviços de material institucional personalizado, para uso do COREN-CE.

**2. DO PREÇO**

2.1. Ficam ajustados os seguintes valores:

Item	Quant.	Und.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	600	UND.	Porta lápis duplo branco – Material plástico, colorido, injetado, personalizados em silkscreen 04 cores, modelo abaixo ou similar. (COM A LOGO DO COREN-CE)	RMR GRAFICA LTDA	15,30	9.180,00
Valor Total					R\$9.180,00	

2.2. Os valores acima estão de acordo com o registrado em Ata de Registro de Preços.

2.3. Nos preços ajustados estão incluídos, além do lucro, demais custos, tais como custos e logística da entrega, materiais e equipamentos utilizados, tributos, todas as despesas diretas e indiretas e outros necessários ao integral cumprimento da entrega do objeto.

2.4. A substituição do modelo ou marca do item é possível, desde que o novo objeto seja de qualidade igual ou superior ao inicialmente ofertado e apenas depois de análise e validação pelo fiscal da contratação.

### **3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. As despesas resultantes da execução deste Contrato estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Coren-CE para o exercício 2023, no Elemento de Despesa nº 6.2.2.1.1.33.90.32.003 – Materiais para Divulgações.

### **4. DA GARANTIA SOBRE OS PRODUTOS**

4.1. Será exigida garantia legal prevista na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a contar do Termo de Recebimento Definitivo, podendo, inclusive, a Contratada oferecer garantia adicional. A Contratada deverá, ainda, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o mesmo dispositivo legal.

### **5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.1. A entrega do objeto deverá ser realizada nos termos, prazos e locais descritos no item 5 do Anexo I – Termo de Referência.

5.2. Nos casos lá descritos que ensejarem a substituição do objeto, a notificação à contratada poderá ser realizada por meios eletrônicos, a critério do Coren-CE, sendo que os prazos serão contados a partir da notificação.

5.3. Após a substituição ou conserto/reparação do objeto, permanecendo irregularidades quanto à especificação, falha ou vício, a Administração poderá rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou ainda rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.4. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer sua mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

### **6. DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado nos termos do item 8 do Anexo I – Termo de Referência.

### **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Caberá à Contratante, a partir da assinatura deste instrumento, o cumprimento das obrigações constantes no item 9 do Anexo I – Termo de Referência.



## 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Caberá à Contratada, a partir da assinatura deste instrumento, o cumprimento das obrigações constantes no item 10 do Anexo I – Termo de Referência.

## 9. DAS SANÇÕES

9.1. As sanções serão aplicadas nos termos e condições constantes no item 15 do Anexo I – Termo de Referência.

## 10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos, dispostos na legislação civil.

## 11. DO FORO

11.1. Fica estipulado o foro da Justiça Federal de Fortaleza/CE para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.



**ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS**  
Presidente do Coren/CE

  
**JOÃO VÍTOR NERYS BATISTA**

OAB/CE 25.334  
Procurador Geral